

## “Detenção de Chang veio destapar o véu da promiscuidade entre poderes executivos e judiciais”

*- E reitera que o povo moçambicano não deve pagar as dívidas ocultas porque não foram aplicados para o bem comum*  
O Chefe da bancada parlamentar do MDM, Lutero Simango, afirmou ontem, em Maputo, que a prisão do antigo Ministro das Finanças e deputado da Assembleia da República (AR) Manuel Chang na África de Sul, no dia 29 de Dezembro, a pedido das autoridades judiciais dos Estados Unidos da América, veio destapar o véu do que já se conhecia sobre promiscuidade entre os poderes executivos e judiciais no nosso país.

Lutero Simango, que falava na abertura da IX sessão ordinária da AR, disse que o sistema judiciário vai a reboque das vontades do poder político.

“Sempre nos batemos nesta casa por um sistema de separação efectiva de poderes. Por diversas ocasiões, afirmamos aqui que o modelo do nosso sistema judiciário não se compadece com os valores dum Estado de Direito Democrático. Jamais nos quiseram ouvir, porque enquanto o poder político não fosse abalado ... tudo ia bem!... Hoje, perante uma tremenda vergonha nacional e internacional, tenta-se correr contra o tempo, emendando-se à mão o que devia ter sido feito há anos atrás”, lamentou Simango.

“Este país está no banco dos réus por culpa do partido que Governa desde

1975. Não é ao Chang, ao Ndambi Guebuza ou ao Sr. Leão que o mundo quer julgar. O mundo globalizado em que vivemos hoje está a julgar o sistema judiciário moçambicano e seu sistema político”, disse Simango, acrescentando que a justiça tem de ser igual para todos, e não em função de condição social, política ou económica dos cidadãos.

“Quantos nossos concidadãos acusados e condenados de terem roubado galinhas, patos ou um suborno de 100, 500, 10.000 meticais são julgados em tempos recordes e, em contrapartida os que lesam uma nação inteira; levam um povo inteiro a viver de restrições; a suportar o custo elevado da vida; criando escassez de medicamentos nos hospitais públicos; aumentando a taxa de desemprego os seus processos são

tramitados a uma velocidade de um cágado”, lamentou.

Aceitando o princípio de não haver corrupção pequena nem grande, Simango defende que seja qual for o tamanho de corrupção o seu combate merece as mesmas armas, atitude e tratamento.

O deputado reiterou mais uma vez que os responsáveis e mentores da engenharia financeiras das dívidas ocultas, ilegais e não autorizadas pela Assembleia da República devem ser criminalmente responsabilizados e o Estado moçambicano não deve assumir estas dívidas.

Lutero Simango sublinhou que o povo moçambicano não deve pagar as dívidas ocultas porque não foram aplicados para o bem comum.

**Benjamim Cumbe**